

Manifesto: “Não toque nas universidades”,<sup>1</sup> “a Filosofia é um esporte de combate”,<sup>2</sup> e  
“que vivan los Estudiantes”<sup>3</sup>

*Hoje, você é quem manda  
Falou, tá falado  
Não tem discussão  
A minha gente hoje anda  
Falando de lado  
E olhando pro chão, viu  
Você que inventou de inventar  
Toda a escuridão  
Você que inventou o pecado  
Esqueceu-se de inventar o perdão  
Apesar de você  
Amanhã há de ser  
Outro dia  
Eu pergunto a você  
Onde vai se esconder  
Da enorme euforia  
Como vai proibir  
Quando o galo insistir  
Em cantar  
Água nova brotando  
E a gente se amando  
Sem parar<sup>4</sup>*

*“Amanhã há de ser outro dia” I: mas as destruições continuam...*

*Destruíram tudo!  
Cada semente, anos de experiências, cada descoberta, cada inovação.  
Tudo foi pisoteado, com raiva, com ódio, com desprezo, irresponsavelmente [...]<sup>5</sup>.*

Prezadas e prezados leitoras(es):

Começamos esta carta-editorial, em primeiro lugar, celebrando a obra de Chico Buarque de Holanda, nosso poeta, músico, compositor e militante da vida e da arte política, além de grande lutador contra todo tipo de opressão e desigualdade social de classe, gênero, raça/etnia, cultura, geração, entre outras categorias ontológicas. Estamos celebrando o reconhecimento da obra multifacetada de Chico Buarque, que ganhou o Prêmio Camões de Literatura<sup>6</sup>, considerando o conjunto de sua obra, que envolve universalmente diferentes linguagens, quais sejam, literatura

(poesia, contos, etc.), música e teatro. É por esse motivo que abrimos este editorial com a bela música-poema *Amanhã vai ser outro dia* e encerramos com *Vai passar*. Fazemos isso em conjunto com Augusto Boal, que nos adverte justamente sobre a relevância dessas músicas do Chico:

Chico resistia, aqui no Brasil, escrevendo “apesar de você” e “vai passar”, e nos ajudava a resistir, lá fora, cantando sua amizade. Sua lírica era a mais pura poesia épica: seu *caro amigo* eram todos nossos amigos, e todos os nossos amigos eram seus. Emoções, existem muitas. Algumas são irreparáveis.<sup>7</sup>

Dando sequência a essa missiva, lembramo-nos de que, na edição passada (v. 31, n. 57, 2019), dedicamos o editorial, intitulado *Cães danados do Fascismo*, à fusão diabólica entre neoliberalismo e fascismo, às questões sociais e aos rastros de lama no chamado Estado Pós-Democrático, que vem aniquilando o Estado de Direito, pondo no seu lugar o Estado de Exceção sob a égide da democracia liberal. Com esses aportes teórico-metodológicos presentes no decorrer do texto, tínhamos como intenção apontar e problematizar, provisoriamente, alguns pontos, para uma breve análise da conturbada, dinâmica e contraditória conjuntura político-econômica e social e suas repercussões sobre o processo de construção da vida cotidiana na atualidade. Tanto na edição passada quanto nas anteriores, chamávamos a atenção sobre a necessidade iminente de, em diversos espaços acadêmicos (salas de aula, textos, revistas científicas, livros, palestras, congressos, etc.) e espaços não formais e informais, fazer uma radiografia do Golpe de 2016, explicitando, com fundamentação, os mecanismos do *impeachment*, iniciado já a partir de 2013, nas chamadas ‘Jornadas de Junho’. Nesse sentido, o intuito era, e continua sendo, denunciar e problematizar os desmontes das políticas públicas e sociais, em especial das políticas educacionais em curso e também das políticas esportivas. Estas, com o fim do Ministério dos Esportes, foram drasticamente reduzidas, sobretudo porque, no lugar desse ministério, existe apenas uma secretaria sem expressão e sem condições de dar continuidade às políticas dos governos Lula e Dilma, como por exemplo, Segundo Tempo, PELC, Bolsa Atleta, Bolsa Pódio, além de políticas para Educação Física nas escolas, em diversos níveis de ensino. Essa é uma questão de suma relevância para a área, uma vez que a comunidade da Educação Física e do mundo dos esportes já fazem tramitar uma petição pública nessa direção, exigindo a “manutenção das políticas de esporte no Brasil”.<sup>8</sup>

Entretanto, mal acabamos de escrever o editorial anterior, e mais destruições e cortes vieram em cascata. Esse caráter destrutivo do governo Bolsonaro exige que a sociedade em geral, os sindicatos e os movimentos sociais estejam 24 horas por dia no ar e em prontidão, para fazer análises e se munir de estratégias de enfrentamento e luta, como é o caso dos cortes nas universidades e da acusação de ‘balbúrdia’ e falta de produtividade, além dos ataques às Ciências Humanas e Sociais, com foco na Filosofia, entre outros

Estamos nos referindo à agenda autoritária do atual governo, que gera toda essa barbárie, utilizando-se de diversos procedimentos e argumentos da cartilha neoliberal e conservadora para destruir as instituições, em especial as universidades. Esses preceitos, que surgem diuturnamente, fazem parte de uma enorme lista de documentos produzidos na ‘boca da noite’ e inseridos diariamente em nossos cotidianos, tais como: Portarias, Decretos, Projetos de Lei e Medidas Provisórias, referentes à Educação, à Ciência e Tecnologia, à Previdência, ao Funcionalismo Público e à Organização Sindical.<sup>9</sup>

São essas as determinações da democracia liberal, cuja forma de governo apregoa que o Estado se abstenha de interferir na esfera dos direitos dos cidadãos e da economia. A democracia liberal vem dizimando os direitos dos trabalhadores do ponto de vista de classe, raça, etnia, cultura, geração, família e outras categorias sociológicas. Na verdade, o que se evidenciou no editorial anterior foi a necessidade de defesa da nossa jovem e frágil democracia, ainda em construção, mas que agora se esvai, sobretudo em tempos de rupturas, quando vemos o Estado de Direito e os Direitos Humanos se enfraquecendo e cedendo lugar à democracia liberal como forma de legitimação do poder, bem

como o cerceamento da igualdade de direitos e oportunidades e a negação da possibilidade efetiva e qualitativa da suposta e utópica inclusão numa sociedade abissalmente dividida em classes sociais.

Vale ressaltar que o estado liberal e, conseqüentemente, a sua democracia estão em crise na maior parte da América Latina. Isso faz com que os problemas oriundos da mundialização da economia, pela via da globalização capitalista, dividam o planeta em globalizadores e globalizados e, nesses termos, com que a América Latina esteja subservientemente situada na periferia do sistema econômico mundial. De fato, a crise do sistema político na América Latina carrega consigo a perda de legitimidade por parte de suas instituições, as quais desempenham o papel de mediadoras entre o Estado e os cidadãos, como por exemplo, o parlamento, a justiça e os partidos políticos. Esse é o retrato dessa velha ordem política, adotada de múltiplas formas, sobretudo nos países da América Latina. Nesse quadro, destaca-se a subversão das instituições democráticas por caudilhos narcisistas, que se apropriam das instâncias de poder a partir da repugnância de certa parte da população, de movimentos sociais e de alguns políticos de oposição e esquerda diante da podridão institucional e da injustiça social; além da manipulação midiática burguesa, que manietta esse conluio anticivilizatório de barbárie.<sup>10</sup>

Todo esse estrago, mais do que um mero reflexo dos fracassos da imposição neoliberal, representa a clara manifestação, em nível continental, das contradições estruturais inerentes ao conceito de Estado liberal de Direito e ao sistema representativo parlamentar, como modos de manutenção e reprodução do Estado capitalista.<sup>11</sup>

Apesar desse quadro conjuntural desfavorável para as mudanças éticas, estéticas, políticas, econômicas e sociais, temos que entender que são tempos de necessárias rupturas, considerando que, para o capitalismo global, a democracia liberal como estratégia de legitimação do poder e promoção da igualdade de direitos e oportunidades não tem mais sentido – não tem mais serventia. Nessa mesma direção, vale dizer que, em sua agenda de espoliação das maiorias, o capitalismo financeirizado lança mão de regimes autoritários, como é o caso do Brasil e de diversos países da América Latina: Chile, Argentina, Paraguai, México e outros. Essa questão pode ser comprovada, quando observamos o engajamento na eleição de líderes de extrema direita, que incentivam o descrédito popular para com a democracia, que já é frágil, com os partidos existentes e até mesmo com as instituições que construíram o pacto social que elegeu o Estado de Bem-estar Social como meta para a segurar direitos básicos para todos. Nesse imbróglio autoritário, prevalece o descrédito a respeito da democracia emancipatória e das instituições em geral. Na realidade, estamos vivendo sob o jugo de uma agenda que defende valores conservadores, motivada por uma campanha de luta, supostamente, contra a corrupção, mas que, contudo, apresenta-se como mais uma retórica de moralização e de manipulação da população desinformada e/ou que compactua com as sandices, as maldades e o ódio de classe inerente às classes médias e aos ricos.<sup>12</sup>

Essa agenda, para além do ódio de classe, insurge-se através da violência simbólica e real do Estado, da dizimação dos povos originários indígenas, da violência contra jovens e mulheres negras, do ódio aos homossexuais, da perseguição e criminalização dos movimentos sociais e sindicais. E tudo isso fruto da fusão entre neoliberalismo e fascismo. E todas essas barbáries, no campo e na cidade, acontecem sob a mira dos fuzis e metralhadoras pertencentes às milícias urbanas e aos jagunços ruralistas, contando com o silenciamento, de modo velado ou explícito, do Estado e da justiça brasileira. É isso que vivenciamos na chamada democracia liberal em crise e declínio.<sup>13</sup>

## ***“Amanhã há de ser outro dia” II: a destruição das universidades, os cortes e contingenciamentos e a resistência ativa***

*Quando chegar o momento  
Esse meu sofrimento  
Vou cobrar com juros, juro  
Todo esse amor reprimido*

*Esse grito contido  
Este samba no escuro  
Você que inventou a tristeza  
Ora, tenha fineza  
De desinventar [...].<sup>14</sup>*

Quando se fala da destruição das universidades públicas, é preciso reconhecer que as greves expuseram de forma contundente as crises de financiamento pelas quais as instituições de ensino superior têm passado e resistido a duras penas. Em diversos governos após a abertura democrática, como Collor e FHC, principalmente, houve um cenário geral de contingenciamento de recursos, tentativas de fechamento ou desligamentos de serviços universitários, reformulação de planos de carreira e até a demissão voluntária. Desde então, foi anunciada, em seu conjunto, a irrupção abrupta, violenta e inadiável de uma encruzilhada histórica no caminho dessas instituições. É importante destacar que essas crises sempre revelaram certa concepção de universidade por parte dos governos e, obviamente, da relevância pública destas instituições. Certamente, as crises das universidades se originam do desejo dos governantes neoliberais em tratá-las não como uma instância pública para todos, mas sim como espaço de mercantilização das ideias e pesquisas no estilo da ‘universidade operacional’. De acordo com Marilena Chauí, a universidade pública brasileira vem sendo transformada e descaracterizada desde os anos 1970, quando deixou de ser uma instituição social para se tornar uma ‘organização’, isto é, uma entidade isolada cujo sucesso e cuja eficácia se medem em termos de gestão de recursos e estratégias de desempenho e cuja articulação com as demais se verifica pelo intermédio da competição.

Além disso, a universidade brasileira submeteu-se à ideologia neoliberal da sociedade de mercado, ou ‘sociedade administrada’ (nos termos da Escola de Frankfurt), cujo escopo é transformar direitos sociais, inclusive a educação, em serviços. Assim, a universidade passou a ser concebida como prestadora de serviços e conferiu à autonomia universitária o sentido de gerenciamento empresarial da instituição. Esse vocabulário neoliberal vem incluindo expressões como ‘qualidade universitária’ (compreendida como competência e excelência, medidas pela ‘produtividade’, ou melhor, pelo ‘produtivíssimo’) e ‘avaliação universitária’. Essas questões são determinantes para entendermos a universidade operacional e administrada, principalmente

[...] quando se aceita a ideia de modernização nacionalizadora pela privatização e terceirização da atividade universitária, isto é, a universidade participando da economia e da sociedade como prestadora de serviços às empresas privadas (PPP – Parcerias-Público-Privadas), com total descaso pela pesquisa fundamental e de longo prazo.<sup>15</sup>

Certamente, é devido a esses pressupostos político-ideológicos neoliberais, profundamente impregnados na universidade pública, que os diversos governos alinhados ao neoliberalismo querem privatizá-la, impondo-lhe cortes, tratando-as como qualquer empresa; e aos professores, estudantes e trabalhadores técnico-administrativos, como ‘clientes’, e não como intelectuais e cientistas comprometidos socialmente com problemas e demandas de relevância pública. Somem-se aos cortes e contingenciamentos das universidades mais destruições: as facetas do fascismo neoliberal, que, em termos de universidade, aparece como uma ameaça à autonomia das instituições de ensino superior, no que diz respeito à imposição da escolha do reitor pelo Ministério da Educação (MEC), às constantes ameaças à liberdade de cátedra, ao patrulhamento ideológico, sob os auspícios dos pressupostos da ‘escola sem partido’ e à imposição da presença da polícia nas universidades, transformando-as em delegacias de polícia em que os ‘X9’ (estudantes e professores de direita) teriam a função de entregar os bandidos acadêmicos que não obedecem às agendas e cartilhas neoliberais e fascistas. Aqui é essencial lembrar que essa prática já fora iniciada antes das eleições e desde então

continua seu curso, culminando com prisões arbitrárias de professores e estudantes em sala de aula, supostamente ‘comunistas’.

Apesar dessas vicissitudes, a comunidade acadêmica vem reagindo veementemente, mostrando que a universidade pública brasileira tem dado contribuições decisivas para o desenvolvimento da educação superior, da pós-graduação, da ciência e tecnologia que colocaram o Brasil no mapa dos países em desenvolvimento, embora tenha sido constantemente atacada pelos governos de orientação neoliberal, como já foi mencionado. Somente universidades públicas brasileiras estão entre as 20 melhores instituições de ensino e pesquisa da América Latina, de acordo com o *Times Higher Education Ranking*. A expressão dessa resistência pôde ser vista no dia 15 de maio de 2019, quando milhares de estudantes e professores e estudantes protestaram, em todo o país, contra o bloqueio de recursos para a Educação anunciado pelo governo de Jair Bolsonaro, que atribuiu a agitação à manipulação de ‘idiotas úteis’, segundo ele, uma minoria de esquerda. O ataque às universidades traz em seu bojo a intenção, por parte do governo Bolsonaro, de aniquilar a liberdade de pensamento, ferindo a autonomia universitária garantida no artigo 207 da Constituição Federal. Isso demonstra que seu objetivo é asfixiar os espaços que abrigam o pensamento crítico e livre.

Greves e atos foram convocados por sindicatos de estudantes, professores e pessoal de serviço de universidades federais, institutos federais e colégios secundaristas. Várias instituições de ensino privado se somaram a esta primeira grande onda de contestação às políticas do presidente ultraconservador, que assumiu o cargo em 1º de janeiro. As palavras de ordem durante a manifestação também se insurgiam contra a reforma da Previdência – considerada essencial pelo mercado financeiro e pelo governo para acertar as contas públicas – e contra o decreto recente de Bolsonaro de flexibilizar o porte de armas, entre outras ações igualmente deletérias.

Uma semana antes, no dia 30 de abril, em entrevista ao jornal ‘O Estado de São Paulo’, o ministro da Educação anunciou a redução de verbas de três universidades (UFF, UFBA e UNB) e associou o corte ao baixo desempenho e à ‘balbúrdia’, anunciando o congelamento de R\$ 1,7 bilhões dos gastos das universidades, de um total de R\$ 49,6 bilhões. O MEC bloqueou, no final de abril, uma parte do orçamento das 63 universidades e dos 38 institutos federais de ensino. O corte, segundo o governo, foi aplicado sobre gastos não obrigatórios, como água, luz, terceirizados, obras, equipamentos e realização de pesquisas. No total, considerando todas as universidades, o corte foi de R\$ 1,7 bilhão, o que representa 24,84% dos gastos não obrigatórios (chamados de discricionários) e 3,43% do orçamento total das federais

De acordo com o ministro:

Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas. A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no *ranking*.<sup>16</sup>

Esses foram os argumentos persecutórios e ideológicos para destruir as universidades, a pesquisa, enfim, a ciência e a tecnologia de modo geral. Segundo o MEC, a medida foi tomada porque a arrecadação de impostos está menor do que o previsto, e o dinheiro pode voltar às universidades caso ela suba. Esse bloqueio de verbas, chamado de ‘contingenciamento’, atinge todos os ministérios e já foi aplicado em outros anos.

O contingenciamento se dá quando o governo bloqueia a execução de parte do orçamento por causa da previsão de não ter receita suficiente. Normalmente, ele atinge as despesas que não são obrigatórias por lei, como investimentos e custeio em geral. O bloqueio pode ser revertido caso a previsão de receita melhore. A Andifes (Associação dos Reitores das Universidades Federais) diz que é o maior contingenciamento desde 2014. Procurados, o MEC e o Ministério da Economia não informaram os valores de períodos anteriores. Por todos esses motivos, a comunidade acadêmica foi às ruas na luta por uma educação Pública de qualidade e promete repetir a manifestação no dia 30 de maio de 2019.

Com as manifestações em prol da educação pública havidas nos dias 15 de maio e 30 de maio, estudantes, professores e trabalhadores técnico-administrativos saíram às ruas sem medo, superando

o imobilismo, numa prova de ‘resistência ativa’. O termo ‘resistência ativa’ é de suma importância para enfrentar as destruições de Bolsonaro daqui por diante, pois, segundo Saviani, trata-se de um processo de mobilização, de forma individual e coletiva, que pretende formular um conteúdo alternativo às medidas vigentes, mas que, fundamentalmente, não se limite a manifestar discordâncias, críticas e objeções. A resistência ativa busca a superação do caráter passivo, a superação das práticas apenas discursivas e, desse modo, ela é *práxis* que já abarca as questões teórico-práticas da atividade humana.<sup>17</sup> O próprio Saviani, defendeu o conceito de resistência ativa como forma de resistir às investidas dos governos contra os trabalhadores e setores populares; afirmou isso ao mencionar o texto da Emenda Constitucional (PEC 241), promulgada ainda no governo Temer, relativa ao teto de gastos públicos da União durante 20 anos: a chamada ‘PEC do fim do mundo’.<sup>18</sup>

Em síntese, nos dias 15 e 30 de maio de 2019, o que se viu nas ruas foi o medo sendo superado pela indignação e pela revolta contra os cortes e contingenciamentos na universidade, nas bolsas de mestrado e doutorado, nas verbas para pesquisa e na ciência e tecnologia. Sendo assim, a resistência ativa traz no eco dos gritos de protesto nas ruas, sob o mote do ‘lutar e vencer’ contido nas entrelinhas da letra da música dos Trabalhistas: “temos suprimento, temos provisão, nesse acampamento, nessa ocupação [...] nós temos líderes, líderes, líderes. Venha logo, não demore, estamos esperando você, venha, chegue junto, somos fortes pra lutar e vencer [...]”.

### ***“Amanhã há de ser outro dia” III: a filosofia é um ‘esporte’ de combate, a destruição das ciências humanas e sociais e a liberdade de cátedra***

[...] *you* vai pagar e é dobrado  
Cada lágrima rolada  
Nesse meu penar  
Apesar de você  
Amanhã há de ser  
Outro dia.<sup>19</sup>

Primeiramente, é preciso que se diga que as ameaças do atual governo às universidades e às Ciências Humanas e Sociais, em especial à Filosofia, dá-se pelo fato de que, para essa gente, a Filosofia é descartável, em razão do seu caráter reflexivo e crítico-transformador. Para esses neoliberais e fascistas, o que vale é o pensamento único e a transformação do Brasil numa sociedade de escravos e de servidão voluntária, na qual seja proibido explicitar as contradições e destruições do capital. Nesse caso, os fascistas, Bolsonaro e seus apoiadores e defensores, conforme já evocamos no editorial passado, utilizam-se da força da física, da palavra e das armas, para solucionar os problemas sociais, em especial os das chamadas ‘classes perigosas’, que, para eles, são os bandidos. Eles nutrem imenso ódio ao conhecimento historicamente produzido nas universidades. E, por terem medo da liberdade, preferem a submissão e o cerceamento da liberdade de expressão. Para tanto, negam as qualidades de seus opositores, ao difamá-los como comunistas, socialistas e ‘de esquerda’; negam a luta de classes e suas conquistas históricas, bem como a história da barbárie da Ditadura Militar de 64. Mas o que os fascistas em conluio com os neoliberais não aceitam mesmo é o debate, a crítica, as diferenças ideológicas e epistemológicas que habitam no interior da universidade. Eles advogam cotidianamente o Estado de Exceção, que apregoa a opressão à liberdade de cátedra e a imposição da ‘escola sem partido’. O Estado de Exceção hiperconservador e falso-moralista é marcado pelo obscurantismo e pelo ódio aos “indesejáveis”, ou seja, tratam professores, estudantes e trabalhadores técnico-administrativos como se fossem bandidos que só fazem ‘balbúrdia’ e ‘baderna’. Por isso, querem resolver tudo como ‘caso de polícia’, como já foi supramencionado. Só aceitam a democracia liberal, e não a democracia como um modelo em que os direitos fundamentais são universalizados,

como um processo de educação para a liberdade e como governo atento à Existência dos limites do exercício do poder.

Para que servem as Ciências Humanas e Sociais? E, nesse bojo, a Filosofia? Quanto às Ciências Sociais e Humanas, para o governo Bolsonaro, não servem para nada, devendo ser extirpadas de currículos e encontros acadêmicos, nesse caso, fundamentalmente a Filosofia. Elas viraram alvo fácil da perseguição do governo, que prega o ‘ridículo político’ e um verdadeiro ódio à filosofia das universidades, ao mesmo tempo que demonstra um amor desvairado à suposta ‘Filosofia’ de seu guru, Olavo de Carvalho. Esse governo não compreende que as Ciências Humanas e Sociais (Filosofia) buscam compreender e analisar os problemas de natureza pública da nossa era; problemas esses que estão repletos de reflexões sobre as demandas sociais oriundas do mundo das necessidades humanas e de situações de impasse para a humanização e emancipação da sociedade. Essas questões e dilemas só poderão ser respondidos se as Ciências Humanas e Sociais forem valorizadas e, juntamente com as outras ciências, serem agraciadas com equânime investimento financeiro e compromisso ético-político e social para com a universidade.<sup>20</sup> A Filosofia é importante não só para a formação de educadores, mas para a formação acadêmica em geral – considerando o seu significado de *reflectere*, ou seja, ‘voltar atrás’. Ela significa realizar reflexões sobre os problemas concretos que a realidade apresenta na vida cotidiana (na política, no trabalho, no lazer, na cultura, etc.). Sendo assim, precisamos de filosofia na vida em geral, nas escolas, nas universidades e em outros espaços de construção da cidadania. Em síntese, precisamos “refletir criticamente a realidade, tendo em vista que filosofar significa: “refletir como ato de retornar, reconsiderar os dados disponíveis, revisar; vasculhar numa busca constante de significado. É examinar detidamente, prestar atenção, analisar com cuidado. E isto é filosofar”.<sup>21</sup>

Para além dos ‘cães danados do fascismo, apresentamos o conceito de Filosofia calcada nas reflexões da Filosofia da Educação, na perspectiva da ‘pedagogia histórico-crítica que na sociedade de classes é sempre um ato político, considerando a subordinação real com a política”, conforme adverte Saviani. Isso posto, a Filosofia pode ser compreendida como “uma reflexão radical, rigorosa e de conjunto sobre os problemas que a realidade apresenta”.<sup>22</sup>

Nessa linha de pensamento, podemos dizer, calcados no texto de Vladimir Safatle, que “a filosofia é um esporte de combate”.<sup>23</sup> Essa ideia é importante de ser evocada na conjuntura atual, principalmente no momento em que a filosofia se tornou um dos alvos prediletos do desmonte do desgoverno Bolsonaro. Por esses e outros motivos, muitos filósofos e cientistas das ciências humanas caíram em campo para combater esse agravo ao pensamento, destacando a importância e o lugar da filosofia enquanto inerente à formação humana de estudantes e professores eticamente mais orientados para pensar e agir criticamente na realidade.<sup>24</sup>

Com seus corpos e mentalidades, alguns acharam por bem adotar a estratégia da sensibilização para o lugar da filosofia na formação de profissionais eticamente mais orientados e com capacidade de análise crítica. Ela é acusada, juntamente, com outras disciplinas das áreas de Ciências Humanas (Sociologia, Antropologia). Por outro lado, poderíamos usar o argumento de que

[...] contra a acusação de sua inutilidade seria o caso de expor, ao contrário, sua pretensa grande utilidade para a reprodução otimizada das estruturas de nossas formas de vida. Como se este desgoverno atual fosse composto de pessoas incapazes de compreender a formação necessária e desejada para o estágio atual de nossas demandas de gerenciamento social.<sup>25</sup>

Embora a Filosofia seja um esporte de combate, Bolsonaro acerta quando a elege, juntamente com a Sociologia, como um de seus alvos privilegiados na investida contra a educação nacional, contra professores e estudantes universitários, considerando que, enquanto existir neste país um departamento de Filosofia e um departamento de Sociologia, nossos alunos serão ensinados, todos os dias, a desprezar governos como este que assumiu.

[...] com tamanho desprezo pelo conhecimento e ódio, pela vida, pela classe trabalhadora empobrecida, pelo meio ambiente pelos negros, indígenas e homossexuais. Vale destacar que justamente desses departamentos das ciências humanas e sociais que virá uma horda de jovens que farão de tudo para que este governo caia.<sup>26</sup>

Diante de mais um ataque às universidades, vale dizer que, a História da Filosofia é um grande ‘combate’ contra aquilo que tentam fazer com a sociedade brasileira; um combate contra o ‘ridículo político’ de que estão impregnados o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e, por fim, a mídia mercantilizada e comprada por esses poderes, com vistas a aumentar cada vez mais o fosso entre a classe capitalista e os trabalhadores (proletariado e burgueses). A Filosofia, isto é, a reflexão-ação filosófica e a resistência parecem ser a luz no fundo do túnel, o ‘esporte de combate’ capaz de eliminá-los e de dar um basta nos diversos tipos de opressão e espoliação engendrados por esse poder capitalista-neoliberal e fascista. Todavia, não se pode olvidar que a universidade brasileira é composta de gerações e gerações de debates e ideias que não serão apagadas ao sabor de canetadas e cortes ministeriais. Isso é importante, considerando que não se pode apagar da história o pensamento filosófico universal que está nos clássicos e vem nutrindo reflexões sobre a sociedade, acerca de diversas problemáticas, como por exemplo, a vida cotidiana, o trabalho, o amor, a amizade, o corpo, o esporte, a ginástica, entre tantas outras. Diante de todos esses argumentos, é oportuno dizer que “não será a gritaria de um ministro da Educação piromaníaco e irrelevante que fará alguma diferença”.<sup>27</sup> Ademais, não serão aceitas em soberba, nem despreparo, tampouco o tratamento fascista dispensados aos estudantes das universidades e de outros níveis de ensino.

Na prática, tanto o ministro quanto o presidente da República sugerem, implícita e explicitamente, que os professores ‘comunistas’ estão ‘infiltrados’ nas universidades, manipulando os estudantes ideologicamente e induzindo-os a participar de protestos e manifestações contra o governo. Para eles, professores e estudantes seriam, supostamente, espiões da KGB dispostos a favorecer a entrada dos tanques soviéticos nas nossas fronteiras.<sup>28</sup> Mesmo assim, o Ministro da Educação, Weintraub, munido de seu ácido e destrutivo “canibalismo verbal”, teima em lançar o golpe dos cortes e ‘contingenciamentos’ das verbas para as universidades, os cortes das bolsas de mestrado e doutorado, estudando ainda descentralizar investimento em faculdades de Filosofia e Sociologia (Ciências Humanas e Sociais). O objetivo dele é acabar com a reflexão e a crítica filosóficas, para focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina. Aliás, áreas historicamente destinadas às elites. Dessa forma, trabalhadores empobrecidos não têm chance alguma de competir com a classe média e como os ricos, tanto para entrar quanto para permanecer nesses cursos chamados de ‘nobres’, muito custosos financeiramente.

O texto de Safatle que fundamenta parte desse editorial tem diversos sentidos filosóficos, quais sejam: a ideia de defesa do papel emancipatório da Filosofia e, conseqüentemente, das ciências Humanas e Sociais ante os ataques do ministro da educação, Weintraub. Representa, portanto, uma possibilidade da crítica e combate à destruição da educação, sobretudo no que diz respeito ao combate contra o autoritarismo do governo Bolsonaro. Outro sentido que sustenta sub-repticiamente o texto é a metáfora do ‘esporte como combate’, cuja reflexão nos remete ao corpo político e às políticas do corpo para a Educação Física, o esporte e o lazer. Estamos nos referindo à cultura corporal e ao movimento da área, nos quais já existem referências críticas de combate ao conservadorismo, utilitarismo, militarismo (histórico) e à mercantilização das práticas corporais. Um exemplo disso está na estética da capa, cuja imagem é, mais suma vez, do fotógrafo de Paulo Lima, nosso capista. A foto contém signos sociais, culturais e políticos do corpo em movimento, da história de combate e resistência da capoeira.

Na esteira de todo esse debate, vale refletir sobre a estética da capa. A fotografia elegida para essa edição visa detonar processos de reflexão sobre ‘o corpo em movimento na estética de combate e resistência da capoeira’, que traz consigo a ideia de corpo na Educação Física, que se situa “entre a



estética e a política: pela construção da sensibilidade como categoria política”.<sup>29</sup> Política aqui é concebida como ato de intervir na realidade para o bem-estar comum e transformação social. Trata-se de compreender a estética não como ‘cosmética’, mas sim numa aproximação com a ética, de forma consistente, para que ambas, ética e estética, possam se articular numa teoria e prática da política de caráter emancipatório, diante da morte e da destruição a que estamos lançados como humanidade, como educação, cultura e cidadania, enfim, como nação. Dito isso, podemos dizer que, quando se fala do corpo, “[...] a filosofia pode ser uma prática de vida, a ser reconstruída pela consciência, laço crítico e analítico entre o que fazemos e o modo como representamos o mundo e o sentimos”.<sup>30</sup>

Com efeito, quando está em jogo o fim das Ciências Humanas e Sociais, nomeadamente da Filosofia, é oportuno dizer que, quando se fala nas relações entre ética, estética, política e corpo,

A função da estética é hoje sustentar uma sensibilidade que ampare o corpo. Que acabe com a *anestesia social* que o sepulta. O corpo? Essa figura sobre a qual pairam escombros de ignorância histórica. Poucos se dão conta que ao dizer “corpo” diz-se condição de possibilidade de toda a existência e experiência. O corpo é algo de material-transcendental: o que somos como matéria e símbolo, como brutalidade da vida e, ao mesmo tempo, sua sutileza. Esquecê-lo é deixar de lado sua verdade inteira revelada sempre apenas nele mesmo: o corpo é “momento mori” experimentado a cada instante.<sup>31</sup> (grifos nossos).

Nesse sentido, a imagem da capoeira trazida pela capa quer nos lembrar que o corpo de todo o brasileiro, fundamentalmente o dos negros e negras, é a superfície de onde o suor exala, matéria e símbolo da escravidão, opressão, exploração, mas também de combate e resistência. A capoeira é herança de uma das páginas mais cruéis do livro da história do Brasil, a escravidão. É uma luta criada no Brasil por negros trazidos da África – a partir do século XVI – para trabalharem como escravos, principalmente nas lavouras de cana-de-açúcar, e seus movimentos representam os signos da luta pela emancipação do negro no Brasil escravocrata. A maior parte deles veio de Angola, país que também era colônia de Portugal. De fato, os escravos negros africanos utilizavam a capoeira como forma de combate, no sentido de resistir e defender-se das violências dos capitães do mato, que tinham como atribuição capturar escravos fugitivos; e de feitores, que eram aqueles que castigavam os escravos com comportamento ‘inadequado’. Assim, como eram proibidos de praticar qualquer tipo de luta, a música foi utilizada como uma maneira de disfarce, pois dessa maneira a capoeira poderia ser percebida como uma dança. Além disso, acredita-se que a prática da capoeira tinha como objetivo aliviar o estresse do trabalho e manter tradições africanas. A prática da capoeira permitiu aos negros escravizados manter o condicionamento físico, a agilidade e o desenvolvimento dos sentidos. Desprovidos de outras armas, foi a partir dos golpes e dos movimentos de defesa da capoeira, ou seja, do próprio corpo, que esses escravos resistiam à bruta violência praticada pelos senhores do engenho, capitães do mato e feitores,<sup>32</sup> a exemplo do que acontece ainda hoje na perseguição do governo Bolsonaro aos quilombos, referindo-se a eles como animais que pesam 500 arrobas.

Além do mais, é preciso reconhecer que, apesar desse corpo-lúdico-combatente-resistente representado na capa, há no governo Bolsonaro uma tentativa de ‘controle de corpos e mentes’, com suas estratégias semelhantes às dos governos fascistas e autoritários. No caso desse governo, podemos pressupor que se trata de corpos e mentes duplamente alienados, ou seja, de um lado, pela lógica neoliberal, que, no mundo do trabalho, explora e expropria os ‘corpos produtivos’, produtores de mais-valia para os capitalistas. De outro lado, pelos Estados fascistas, em diversos países do mundo, entre –os quais o Brasil, que forjam os “corpos controlados e dóceis, no sentido de modular, pela ideologia fascista, o corpo social e inibir as resistências ao autoritarismo”.<sup>33</sup> E as violências desse sistema repressor e propagador de ódio à democracia e de diversos ódios de classe, gênero, raça/etnia, cultura e geração.

## **“Amanhã há de ser outro dia” IV: elogio à juventude – “que vivan los estudiantes”**

[...] *Inda pago pra ver  
O jardim florescer qual você... não queria  
Você vai se amargar  
Vendo o dia raiar sem lhe pedir licença  
E eu vou morrer de rir  
E esse dia há de vir  
Antes do que você pensa  
Apesar de você, Apesar de você [...].<sup>34</sup>*

Para falar de combate e resistência: “*que vivan los estudiantes, jardín de nuestra alegría [..] son aves que no se asustan, de animal ni policía y no le asustan las balas. Ni ele ladrar de la jauria*”.<sup>35</sup> Aqui vale salientar a contradição da luta dos estudantes: o ‘ridículo da política’ de Bolsonaro. Diante dessa contradição, o que temos a fazer é publicitar o nosso elogio à brava juventude brasileira na conjuntura atual. Eles são “o mel da mocidade” e “o fel dos governantes”, e “eu acredito é na rapaziada, eu faço fé é na fé da moçada”. Com esses versos, podemos, brevemente, exaltar o presente, mas ao mesmo tempo lembrar o passado do Brasil e da América Latina, onde ‘o poder jovem’ sempre esteve presente nos levantes, protestos e manifestações populares, em prol de transformações sociais, em prol de um outro modelo, de um outro projeto societário. A juventude brasileira, por exemplo, vem lutando desde o ensino médio até a universidade, tanto por uma educação pública de qualidade e classista quanto por cidadania em geral, conforme as resoluções do III ENE contra os ataques neoliberais da extrema-direita<sup>36</sup>. De fato, os jovens, em suas pautas de reivindicação, articulam a educação com as demais demandas da agenda social: trabalho e salários dignos para a família e para eles, jovens, contra a exploração do trabalho infante-juvenil, por saúde, habitação, saneamento básico e outros pontos da agenda social e das políticas públicas e sociais. Suas reivindicações foram sempre na perspectiva de dedicarem suas vidas a construir uma sociedade em que as majorias possam, democraticamente, decidir seus caminhos.

No ponto de vista da educação, sempre ansiaram pela criação de um sistema educacional que promova a igualdade e a fraternidade, a dignidade do ser humano. Enfim, tudo que leve em conta os anseios dessa juventude num mundo cada vez mais dominado pela competitividade da lógica do capital. Esses jovens anseiam por um sistema de ensino que privilegie as populações oprimidas, excluídas ou precariamente incluídas nas escolas e universidades. Esses jovens lutam portanto, pela educação pública e gratuita, que se constitui bandeira de luta das entidades estudantis ao longo da história do Brasil (os estudantes no Brasil: Colônia, Império, rebelião da Juventude Militar, Primeira República, Segunda República.<sup>37</sup> Além desses, o vigoroso movimento juvenil que aconteceu nos anos sessenta, que foi influenciado pela situação política mundial, desde a explosão de revoltas estudantis (Berkley, Tóquio, Roma, o Maio de 68 – o Maio francês), e outros, incluindo também os movimentos revolucionários e de “libertação nacional” (Vietnã, Argélia e África em geral).<sup>38</sup>

No Brasil, destaca-se a UNE, cuja raízes históricas remontam, basicamente, ao início do século XX, quando o ensino superior ainda atendia apenas a uma parcela extremamente limitada da população, contando com pouquíssimas instituições no país. Entretanto, no início do século XX, cresceram as cidades, e as(os) estudantes também cresceram em número, relevância e atuação. O movimento estudantil tem seus primórdios em 1901, quando, na ocasião, foi criada a Federação dos Estudantes Brasileiros, entidade pioneira, porém que teve pouco tempo de atuação. Já em 1910, foi realizado o I Congresso Nacional de Estudantes, em São Paulo. O rápido aumento do número de escolas, nas primeiras décadas do século, acompanhou também a rápida organização coletiva e política dos jovens, que, desde o início de sua atuação, estiveram envolvidos com as principais questões de relevância pública para o país. Nesse intermédio de tempo, a partir da Revolução de 1930, a politização do ambiente nacional levou os estudantes a atuarem firmemente em organizações como a Juventude Comunista e a Juventude Integralista. A diversidade de opiniões e propostas crescia,

como também crescia o desejo de todos em formar uma única entidade representativa, forte e legítima, para promover a defesa da qualidade de ensino, do patrimônio nacional e da justiça social.

Exatamente no dia 11 de agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, o então Conselho Nacional de Estudantes, na Escola de Belas Artes, conseguiu consolidar o grande projeto, já almejado anteriormente algumas vezes, de criar a entidade máxima dos estudantes. Reunidos durante o encontro, os jovens a batizam como União Nacional dos Estudantes (UNE). Nesses meandros, a UNE começou a se organizar em congressos anuais e a buscar articulação com outras forças progressistas da sociedade. A data de 12 de agosto de 1937 é considerada como data de fundação da UNE. Daí por diante, a UNE vem tendo um enorme destaque e protagonismo do poder juvenil nas lutas pela cidadania, por direitos humanos e educação pública de qualidade no Brasil, destacando-se, já em seus primórdios, por diversas participações na construção do movimento estudantil e da história da política brasileira: Combate ao Eixo e ao Estado Novo, no FNFi – Escalão Avançado dos Estudantes – Faculdade Nacional de Filosofia (ou Deus e o Diabo no Movimento Estudantil); O Regime Contra os Estudantes (da Repressão Policial-Militar à Intervenção Norte-Americana na Educação Brasileira); A rebelião dos Jovens Contra a Ditadura (da vaia a Castelo Branco e o massacre da Praia Vermelha); Radicalização do processo no Governo Costa e Silva (do 29º Congresso da UNE ao assassinato de Edson Luís); O poder Jovens em armas (o fracasso do Processo de Liberalização de 1942 e o início da Luta armada). Por fim, a Reconstrução da UNE: da volta às ruas à destruição de Collor.<sup>39</sup> Com o fim da Ditadura Militar, o movimento estudantil voltou às ruas para defender suas bandeiras históricas e a consolidação da democracia no país. Em 1984, a UNE participou ativamente da Campanha das ‘Diretas Já’, com manifestações e intervenções significativas nos principais comícios populares daquele período. A entidade também apoiou a candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República. Em 1985, foi aprovado pelo Congresso Nacional um projeto, de autoria do deputado e ex-presidente da UNE Aldo Arantes, que trazia a entidade de volta para a legalidade. Em 1992, veio o “Fora Collor”. Após enormes manifestações estudantis, com repercussão em todo o país, o presidente renunciou ao cargo, para não sofrer processo de *impeachment* pelo Congresso Nacional.<sup>40</sup>

Grande parte dos movimentos estudantis, apesar de alguns seguirem o rumo do conservadorismo, são fiéis depositários de uma vocação juvenil de caráter libertário, crítico e propositivo. Podemos dizer que, no Brasil, os estudantes, em diversos períodos da história, como por exemplo, nas lutas contra a Ditadura Militar, no movimento por ‘Diretas Já’ e em outras manifestações populares. Referimo-nos, mais recentemente, à participação dos estudantes do “Movimento Passe Livre”, ligado ao transporte público, nas “Jornadas de Junho” e no “Ocupe”, que culminou com as ocupações das escolas da rede pública pelos estudantes do ensino médio. Além disso, em 2018 estiveram fortemente representados nas diversas manifestações dos movimentos sociais em defesa dos movimentos feministas, pelos direitos das mulheres, principalmente, negras e GLBTQ, que culminou com o movimento “Ele Não” antes do segundo turno das eleições<sup>41</sup> Como se pôde perceber e reconhecer, eles estiveram, e ainda estão, adiante de seu tempo, abrindo novas trincheiras e caminhos, exigindo mudanças de rumos, em suma, rechaçando o velho e, sem medo, sempre buscando o novo: “mas é você que ama o passado e que não vê. É você que ama o passado e que não vê que o novo sempre vem”.<sup>42</sup>

Tanto Bolsonaro quanto o ministro da Educação, os militares e os bolsominions, após a maciça participação dos estudantes na Greve Nacional da Educação nos dias 15 e 30 de maio de 2019, dias da “Greve Nacional da Educação”, cujas convocatórias foram por três entidades, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), em unidade com sindicatos de professores e centrais sindicais, chamaram os estudantes de ‘idiotas inúteis’ e, em seguida, agravaram a declaração anterior, chamando-os de ‘inocentes inúteis’ e, assim, ‘o soneto ficou pior do que a emenda’. Com a expressão ‘idiotas úteis’, queriam desqualificar as lutas e combates pela educação, deixando subentender que os jovens são massa de manobra da esquerda, petista ou não, e, nesse sentido, que são ‘ideológicos’.

Mas eles, sabe-se, querem engendrar a fôrceps a estética e a ideologia neoliberais e fascista, às custas do ‘ridículo’ deles próprios. Isso quer dizer que

[...] o termo “ridículo” é usado tanto para falar de algo insignificante, daquilo que não faria diferenças, quanto para dar sinal de uma cena escandalosa. Compreende-se, portanto, seu potencial intimamente ligado, em nosso tempo, ao que podemos denominar o momento publicitário da política, que tem muito contribuído para a *aniquilação* de sua própria ideia como algo positivo. *O problema é que a política não é algo que se destrói, mas algo que se transforma*, e, nesse caso, podemos dizer que o ridículo é a sua própria deturpação.<sup>43</sup> (grifos nossos).

Na verdade, o ‘ridículo político’ parece aproximar-se do povo e distanciar-se das elites. Trata-se mesmo de um a manipulação, de um jogo de aparências que serve para tornar o neoliberalismo (e o fascismo) inofensivo. Aí é que reside o perigo: “não tememos os bufões, porque os bufões da política não são de se levar a sério. E, assim, eles chegam onde pretendem e fazem o que querem. Inclusive, promovem a ‘morte administrada’<sup>44</sup>, que se afirma dia a pós dia, enquanto uma micropolítica” que promove o sofrimento e tortura administradas. O ridículo na política vai seguindo seu curso, matando jovens – sobretudo negros –, mulheres, indígenas e LGBTQ. Esse genocídio e matança na perseguição aos movimentos sociais é permitido, silenciado e naturalizado pelos discursos religiosos, proferidos pelos meios de comunicação, que têm também a função de acobertamento desses genocídios e do ‘terror do ridículo’,<sup>45</sup> às vezes compactuando com eles, por interesses na isenção fiscal; às vezes, contraditoriamente, fazendo ‘jogo de cena’, como se denunciasses os malfeitos do governo e a ‘verdadeira’ corrupção. Mas tudo isso não passa de desejo ensandecido por acumulação de capital, ganância pelo Ibope e interesses mercantis na sociedade do espetáculo.<sup>46</sup>

Diante de tamanho despeito aos manifestantes nos eventos dos dias 15 e 30 de maio de 2019, podemos contra-argumentar que os ridículos da política e, portanto, os ‘idiotas úteis’, os ‘inocentes úteis’ são Bolsonaro, os seus filhos e os militares, que, ridiculamente e em termos de violência simbólico-real, entregam o patrimônio público para as especulações do rentismo, do capitalismo global e aos imperialistas americanos. Aí está o ridículo da atual política!

Como se pode inferir, há muitos motivos para, neste editorial, fazer um elogio aos estudantes, principalmente porque eles sempre foram, desde o século XX até o século atual, a base para se pensar o passado, o futuro e o presente da nação. O movimento estudantil tem assumido grande relevância ética, política e social, por isso urge “recuperar a memória dos feitos da juventude brasileira desta e de outras gerações.”<sup>47</sup> “Eu acredito é nessa juventude”, como diria Gonzaguinha.

\*\*\*

Neste contexto, é com enorme satisfação que publicamos nosso segundo número do ano de 2019, mantendo o compromisso com nossa política editorial de oferecer à comunidade acadêmica da área de Educação Física um espaço para difusão de pesquisas com abordagens socioculturais, filosóficas e pedagógicas, a partir dos diálogos entre nosso campo de conhecimento e as ciências sociais e humanas, como vimos ameaçadas de extinção do governo Bolsonaro.

Como destacado em nossa edição anterior, a Revista Motrivivência opera agora com periodicidade trimestral e também com um novo modelo de editoração dos manuscritos através de *templates*, que nos possibilita a publicação de um número maior de artigos por edição. Dessa maneira, reafirmamos o nosso desejo de reduzir significativamente o tempo entre a aprovação dos artigos e a sua publicação. Pretendemos que a nossa reconhecida celeridade na avaliação dos manuscritos, que teve repercussões sobre o crescente número submissões recebidas nos últimos anos, seja percebida

por nossos autores e leitores também no âmbito da publicação de artigos, como resultado dessa nova periodicidade e formato.

A presente edição é composta por doze Artigos Originais e oito Porta abertas. Esse aumento no número de textos publicados por edição é também um reflexo do modelo adotado (*templates*). A seção de artigos conta com diversidade de temáticas que abordam práticas corporais, tecnologias nas aulas de Educação Física, formação de professores, esportes, Educação Física na educação infantil e no ensino médio, história, lazer e carreira docente. Na seção Porta Aberta são apresentados relatos de experiência na Educação Física escolar, artigos de revisão e uma resenha de livro. Também é plausível destacar, além da qualidade científica dessas produções, a representatividade regional/institucional das publicações, composta por autorias dos mais diversos rincões do Brasil.

Aproveitamos para reforçar aqui o convite para a seção temática deste ano, sob o título: a extinção do Ministério do Esporte. O recebimento das colaborações é exclusivamente via plataforma, cuja data final foi prorrogada para até o dia 15/agosto, a partir da seguinte ementa, já divulgada em nossa página e nas redes sociais da Revista:

A extinção do Ministério do Esporte: suas repercussões para os beneficiados dos diversos programas e ações: crianças, jovens, adultos e idosos oriundos da classe trabalhadora empobrecida que vive nas periferias das cidades; o ataque às políticas públicas e sociais em geral e das políticas para o Esporte e o Lazer, sobretudo, para programas como o Segundo Tempo, o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), a Rede Cedes, e outros. Em tempos de destruição das políticas esportivas, como construir resistências pautadas na defesa intransigente de uma Pedagogia do Esporte e das práticas corporais de caráter emancipatório e democrático, calcada no direito constitucional ao esporte e no “direito à cidade”.

A capa desta edição, cuja arte-final é de autoria de nosso colega de comissão editorial Ângelo Luis Brüggemann, em parceria com Louiza Hüntemann Garcia, foi concebida a partir de fotografia de Paulo Lima, conforme ideia expressa no editorial de que “a filosofia é um esporte de combate”, e cujos signos trazem a capoeira como forma de combate e resistência ativa.

Nossa seção de Homenagens continua destacando aqueles e aquelas que contribuíram para a construção da revista ao longo de mais de 30 anos de existência. Nesta edição, estamos homenageando, a partir das belas palavras de uma outra colaboradora, a também querida Albertina Bonetti, a nossa querida professora Iara Regina Damiani. Temos muita alegria em homenageá-la, principalmente, pelo seu compromisso ético-político pedagógico com a universidade pública e de qualidade e, é claro, com as principais problemáticas da Educação Física catarinense e brasileira. De fato, um belo caminho trilhado por ela, deixando marcas profundas de grande cumplicidade e generosidade no trabalho coletivo. Por toda essa inquestionável trajetória e seu compromisso com a Motrivivência, agradecemos e celebramos todos os seus feitos.

Por fim, registramos mais uma vez os nossos sinceros agradecimentos aos nossos leitores, autores, colaboradores, avaliadores permanentes e ad hoc e, é claro, aos colegas da nossa equipe editorial que, dia após dia, ajudam a manter firme e forte a nossa querida “Motri”. A todos, nosso muito obrigado!

*Amanhã há de ser outro dia  
Você vai ter que ver  
A manhã renascer  
E esbanjar poesia  
Como vai se explicar  
Vendo o céu clarear,  
De repente, impunemente?  
Como vai abafar*

*Nosso coro a cantar  
Na sua frente  
Apesar de você  
Apesar de você  
Amanhã há de ser outro dia  
Você vai se dar mal, etc. e tal  
La, laiá, lá laiá, la laiá.*

Lula Livre! Marielle Presente! Viva Paulo Freire! Viva Marx! Pela demarcação das terras Indígenas e dos Quilombolas já! Não toquem na universidade! Nem nos institutos federais! Não à Reforma da Previdência! Por uma educação pública de qualidade, gratuita, laica, classista e socialmente referenciada, da Educação Infantil à Universidade! Viva a Filosofia e todas as Ciências Humanas e Sociais! Todos e todas às ruas pela educação pública, de qualidade, classista e socialmente referenciada! Contra a reforma da previdência! Viva os estudantes e professores! Por fim, NINGUÉM LARGA A MÃO DE NINGUÉM!!! Como prometido no início do editorial, deixamos um trecho da letra da música de Chico Buarque *Vai passar*:

*[...] Num tempo  
Página infeliz da nossa história  
Passagem desbotada na memória  
Das nossas novas gerações  
Dormia  
A nossa pátria mãe tão distraída  
Sem perceber que era subtraída  
Em tenebrosas transações  
Vai passar....  
Meu Deus, vem olhar  
Vem ver de perto uma cidade a cantar  
A evolução da liberdade  
Até o dia clarear...  
[...] Vai passar...*

Uma frutífera, crítica e prazerosa leitura!

Florianópolis, outono/2019.

Maurício Roberto da Silva, Rogério Pereira, Juliano Silveira, Giovani de Lorenzi Pires  
**Editores**

---

## Notas:

<sup>1</sup> Palavras de ordem contra a destruição das universidades durante as manifestações do dia 15 de maio de 2019, na “Greve Nacional da Educação”.

<sup>2</sup> SAFATLE, Vladimir. **A filosofia é um esporte de combate**. Folha de São Paulo, 03/05/2019.

<sup>3</sup> Música de Violeta Parra interpretada por Mercedes, Sosa *Me gusta los Estudiantes*.

<sup>4</sup> Trecho da música *Apesar de você*, de Chico Buarque de Hollanda.

<sup>5</sup> Trecho do Poema para as companheiras da Via Campesina *Em defesa da raiva justa*. In: IASI, Mauro. **Meta Amor fases**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 184.

<sup>6</sup> Prêmio que, aliás, também foi conquistado pelo escritor brasileiro de esquerda Raduan Nassar, autor do clássico *Lavoura Arcaica*. Disponível em: <https://bit.ly/2EnkRbr>. Acesso em: 30 maio 2019.

- <sup>7</sup> BOAL, Augusto. Depoimentos exclusivos. In: FERNANDES, Reinaldo (org.). **Chico Buarque do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional, 2004. p. 45. (Algumas palavras de Augusto -Dramaturgo, diretor de teatro e fundador do “Teatro do Oprimido”).
- <sup>8</sup> Disponível em: [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br). Acesso em: 20 maio 2019.
- <sup>9</sup> Disponível em: [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br). Acesso em: 20 maio 2019.
- <sup>10</sup> CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- <sup>11</sup> VIEIRA, Luiz Vicente. **Crise do Estado Liberal na América Latina: movimentos sociais e transformações do político**. Recife: Editora da UFE, 2010. p. 11-15.
- <sup>12</sup> CACCIA-BAVA, Silvio. Enfrentar o luto. **Le Monde Diplomatique**, [S. l.], 30 de abril de 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2WiD3hE>. Acesso em: 30 maio 2019
- <sup>13</sup> *Ibid.*
- <sup>14</sup> Trecho da letra da música *Apesar de você*, de Chico Buarque de Hollanda.
- <sup>15</sup> CHAUI, Marilena. A universidade Administrada. In: CHAUI, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 2001. p. 51-59.
- <sup>16</sup> Disponível em: <https://bit.ly/2wxnJOP>. Acesso em: 20 maio 2019.
- <sup>17</sup> SAVIANI, Dermeval. **História do tempo e o tempo da história: estudos de historiografia e história da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015. p. 105.
- <sup>18</sup> Disponível em: [www.sedufsm.org.br](http://www.sedufsm.org.br). Acesso em: 30 maio 2019.
- <sup>19</sup> Trecho da música *Apesar de você*, de Chico Buarque de Hollanda.
- <sup>20</sup> SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. p. 20.
- <sup>21</sup> *Ibid., loc. cit.*
- <sup>22</sup> SAVIANI, Dermeval. Políticas educacionais em tempos de golpe: entrevista com Dermeval Saviani. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 144. Jul./set. 2018. p. 1.
- <sup>23</sup> SAFATLE, Vladimir. A filosofia é esporte de combate: a universidade não será apagada ao sabor das canetadas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 maio de 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2VCwLbu>. Acesso em: 30 maio 2019.
- <sup>24</sup> *Ibid.*
- <sup>25</sup> *Ibid.*
- <sup>26</sup> *Ibid.*
- <sup>27</sup> *Ibid.*
- <sup>28</sup> LUCCHESI, Marco. Desmonte! **Jornal o Globo**, [S. l.], 12 maio 2019. Disponível em: <https://glo.bo/2Q1Flv9>. Acesso em: 20 maio 2019.
- <sup>29</sup> TIBURI, Márcia. **Ridículo Político: uma investigação sobre o risível, a manipulação da imagem e o esteticamente correto**. Rio de Janeiro: Record, 2017. p. 139.
- <sup>30</sup> *Ibid.*, p. 159.
- <sup>31</sup> *Ibid.*, p. 160.
- <sup>32</sup> Disponível em: <https://bit.ly/2Z4joPn>. Acesso em: 30 maio 2019.
- <sup>33</sup> BRÊA, Maria Elizabeth Monteiro; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **O controle dos corpos e das mentes: estratégias de dominação dos regimes fascistas e autoritários**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Editora da USP, 2019.
- <sup>34</sup> Trecho da música *Apesar de você*, de Chico Buarque de Hollanda.
- <sup>35</sup> Letra da música *Me gusta los Estudiantes*, de Mercedes Sosa.
- <sup>36</sup> O III Encontro Nacional de Educação (III ENE), foi realizado 12 a 14 de abril, na Universidade de Brasília e teve como tema central “Por um projeto classista e democrático de educação.
- <sup>37</sup> POERNER, Artur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. São Paulo: Centro de Memória da juventude, 1995. p. 49-50.
- <sup>38</sup> CACCIA-BAVA, Augusto. **Jovens na América Latina**. São Paulo: Escrituras, 2004. p. 15-16.
- <sup>39</sup> POERNER, Artur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. São Paulo: Centro de Memória da juventude, 1995. p. 123-283.
- <sup>40</sup> *Ibid.*

---

<sup>41</sup> ARAÚJO, Pedro Zambarda de. “As universidades estão numa luta entre a vida e a morte”: DCM entrevista Vladimir Safatle sobre os protestos de maio. **Diário de Centro do Mundo**, [S. l.], 1º jun. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2XIYdrB>. Acesso em: 1º jun. 2019.

<sup>42</sup> Trecho da música *Como nossos pais*, de Belchior, imortalizada na voz de Elis Regina.

<sup>43</sup> TIBURI, Márcia. **Ridículo político**: uma investigação sobre o risível, a manipulação da imagem e o esteticamente correto. Rio de Janeiro: Record, 2017. p. 139.

<sup>44</sup> *Ibid.*, loc. cit.

<sup>45</sup> *Ibid.*, loc. cit.

<sup>46</sup> *Ibid.*, loc. cit.

<sup>47</sup> POERNER, *op. cit.*, p. 139.